

CONHECIMENTO DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL SOBRE O ENSINO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS (NEE)

Cynthia Arielly Alves de Sousa¹; José Lucas dos Santos Oliveira²; Elzenir Pereira de Oliveira Almeida³; Thayanna Maria Medeiros Santos⁴; Edevaldo da Silva⁵

¹*Especializanda em Ecologia e Educação Ambiental e Mestranda em Horticultura Tropical – Universidade Federal de Campina, cynthiaarielly@gmail.com*

²*Especializando em Ecologia e Educação Ambiental - Universidade Federal de Campina Grande; Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - Universidade Federal da Paraíba, lucasoliveira.ufcg@gmail.com*

³*Professora da Universidade Federal de Campina Grande e das Faculdades Integradas de Patos, elzenirpereira@bol.com.br*

⁴*Especialista em Ecologia e Educação Ambiental – Universidade Federal de Campina Grande; Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - Universidade Federal da Paraíba, thayannamdrs@hotmail.com*

⁵*Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Educação Ambiental – Universidade Federal de Campina Grande; Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - Universidade Federal da Paraíba, edevaldos@yahoo.com.br*

Resumo: A Educação Ambiental na perspectiva da Educação Inclusiva auxilia na aprendizagem e na conscientização dos alunos em relação à natureza e na construção de valores éticos e morais. Este estudo teve por objetivo avaliar o conhecimento de professores do ensino fundamental de Patos, Paraíba, sobre o ensino de Educação Ambiental para alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). Foram entrevistados 14 professores, por meio da aplicação de questionário contendo 10 questões abertas sobre o conhecimento dos professores em relação a Educação Ambiental e Educação Inclusiva. Os resultados reportaram que metade dos professores conceituou a Educação Ambiental relacionando-a com a preservação e a conservação do meio ambiente, enquanto que 42,9% relacionou contextualizando de acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental. A maioria dos professores desenvolve a Educação Ambiental nas suas aulas (71,4%). Metade dos professores citou que a principal NEE encontrada na sala de aula é de alunos com deficiência auditiva, seguida pelo déficit de atenção (28,6%), dislexia (7,2%) e deficiências visuais (7,2%). 71,4% dos professores afirmaram que não é disponibilizado apoio ou material pedagógico para desenvolver a inclusão desses alunos no ensino da Educação Ambiental. Envolver a Educação Ambiental no ensino a alunos com NEE possibilita aos professores uma amplitude de metodologias didáticas que promovam a relação do homem com a natureza, ao mesmo tempo proporciona uma educação de qualidade com a inclusão desses alunos nessas dinâmicas.

Palavras-chave: Aprendizagem, Deficiência, Escola, Inclusão.

Introdução

A Educação é um processo de formação que constrói, no aluno, o pensamento crítico e inovador para um futuro melhor, percebendo a complexidade dos processos naturais e sociais, respeitando a pluralidade sociocultural (JACOBI, 2017).

A Educação Ambiental é importante para a educação escolar do aluno de modo que possibilita a reflexão e percepção dos problemas existentes de maneira crítica, motivando o desenvolvimento dos alunos e evidenciando outras

maneiras de uso dos recursos naturais (HOSFSTATER et al., 2016).

Na atualidade, a Educação Ambiental é fundamental para a conscientização sobre os problemas ambientais, visando uma sociedade sustentável (SOUZA, 2016), sendo percebida como um instrumento eficiente e organizado para discutir a relação do homem com o meio ambiente, por meio da construção de valores e do desenvolvimento humano (MONTEIRO; MONTEIRO, 2017).

A inclusão de alunos com NEE nas escolas tem sido muito debatida nas últimas décadas, onde, dentre seus princípios, reporta que a Educação Inclusiva deve respeitar o tempo de aprendizagem de cada aluno, procurando reconhecer o seu potencial e auxiliando no processo de aprendizagem de todos, tendo a sala como centro para o desenvolvimento das práticas de ensino (OLIVA, 2016). Há dificuldades para essa inclusão, mas, não se deve impedir o acesso desses estudantes aos diversos níveis e séries da educação escolar (SOBRINHO et al., 2017).

A Lei 9394/96 de diretrizes e bases da educação nacional, assegura a inclusão de alunos com NEE em escolas brasileiras (BRASIL, 1996), resguardando também a capacitação de professores para atuar nessa Educação Inclusiva, reduzindo a exclusão dessas crianças, proporcionando um ensino de qualidade a todos (SILVA; CARVALHO, 2017).

Pesquisas realizadas com alunos com NEE ainda é pouco desenvolvida, isso ocorre por que ainda existe carência no investimento de recursos pedagógicos e na formação qualificada para os professores para atenderem esses alunos (MINETTO et al, 2017).

Este trabalho teve por objetivo avaliar o conhecimento de professores do ensino fundamental de Patos, Paraíba, sobre o ensino de Educação Ambiental para alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE).

Metodologia

Foram entrevistados 14 professores do ensino fundamental, em uma Escola Estadual, no município de Patos, Paraíba, no primeiro semestre de 2018.

Os dados foram coletados por meio de um questionário constituído de 10 questões abertas sobre Educação Ambiental e Educação Inclusiva na escola (Tabela 1).

Tabela 1 – Questionário aplicado aos professores de uma Escola Estadual no município de Patos, Paraíba.

Questionário

1. O que é Educação Ambiental?
2. Para você, qual a importância da Educação Ambiental na formação dos alunos?
3. Você trabalha Educação Ambiental nas aulas? Se sim, como é trabalhada? Com que frequência?
4. Como você seleciona os conteúdos para trabalhar a Educação Ambiental?
5. Qual o(s) tipo(s) de Necessidades Educacionais Especiais você encontra em sala de aula?
6. Que tipo de apoio ou material pedagógico são disponibilizados para se trabalhar com a inclusão desses alunos no ensino da Educação Ambiental?
7. Você tem alguma dificuldade no ensino da Educação Ambiental para esses alunos com Necessidades Educacionais Especiais? Por quê?
8. Como ocorre a relação dos alunos entre si diante da presença de um aluno com Necessidades Educacionais Especiais em sala de aula?
9. Na sua concepção, o que poderia tornar as aulas que trazem abordagens sobre Educação Ambiental mais interessantes nessa Educação Inclusiva?
10. Relate experiências suas em Educação Ambiental que envolveram alunos com Necessidades Educacionais Especiais.

Fonte: Os autores, 2018.

As respostas foram analisadas de forma qualitativa utilizando como base a análise de conteúdo segundo Campos e Turato (2009), e para as questões subjetivas de forma quantitativa por meio da estatística descritiva, utilizando o software Microsoft Excel 2010.

Resultados e Discussão

Dentre os professores entrevistados, 71,4% eram do gênero feminino e 28,6% do gênero masculino, com idade variando entre 28 e 60 anos. O tempo de trabalho dos professores em sala de aula foi em média 15 anos, com o tempo mínimo e máximo registrado de 8 e 28 anos, respectivamente.

Os professores apresentaram áreas de formação diferentes (Figura 1) e, apesar de alguns professores terem uma área específica de formação, 21,4% leciona aulas em todas as disciplinas da grande curricular da escola para o ensino fundamental I, lecionando sobre conteúdos que fogem da sua área de formação.

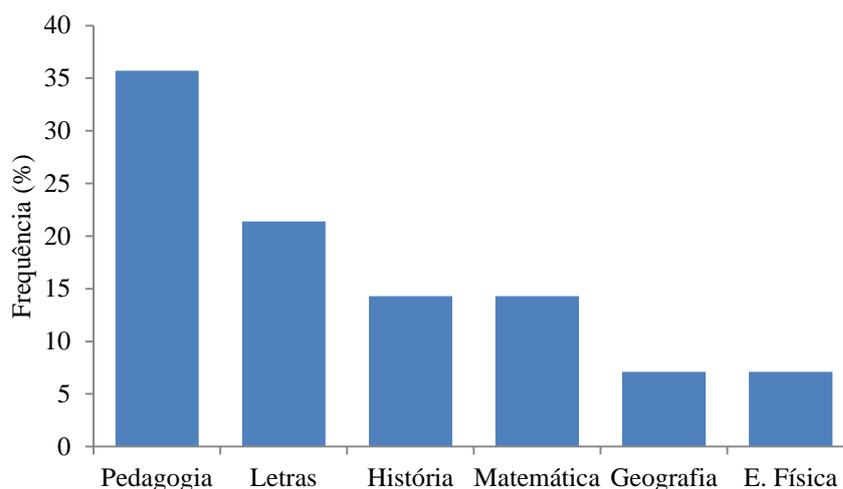


Figura 1: Graduação dos professores de uma Escola Estadual no município de Patos, Paraíba.

A Educação Ambiental foi conceituada de maneira limitada, onde, metade dos professores relacionou apenas a preservação e a conservação do meio ambiente, enquanto que 42,9% dos professores responderam de forma correta sobre o conceito de Educação Ambiental, relacionando a resposta com o que determina a Política Nacional de Educação Ambiental e, 7,1% não responderam (Tabela 2).

Tabela 2. Tendência de resposta dos professores entrevistados de uma Escola Estadual no município de Patos, Paraíba, sobre o conceito de Educação Ambiental.

Respostas dos professores entrevistados	
Educação Ambiental associado à preservação e conservação	
P1	<i>Educação voltada ao meio ambiente. Na qual trata da manutenção, preservação, bem como lidar e lutar para o futuro da sua existência.</i>
P7	<i>Conscientização para a preservação ambiental.</i>
P8	<i>Processo empregado para preservar e conscientizar a utilização da natureza de forma racional.</i>
Educação Ambiental relacionada a Política Nacional de Educação Ambiental	
P 10	<i>Processo de educação responsável por formar indivíduos preocupados com os problemas ambientais.</i>
P 13	<i>A educação ambiental deve ser um processo contínuo e permanente, iniciando em nível pré-escolar e estendendo por todas as etapas da educação formal e informal.</i>

É um processo educacional empregado com o objetivo de despertar a consciência ecológica na comunidade escolar visando estimular a proteção do patrimônio ambiental, assim como, o desenvolvimento da sustentabilidade.

Legenda: P- professor.

A Lei nº 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, conceitua a Educação Ambiental como:

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999, p. 1).

As diretrizes nacionais da Educação Ambiental devem atingir o objetivo por meio do ensino e orientação das ações humanas de acordo com a ética ambiental (REIS; MARTINS; ROSA, 2017).

É importante que a Educação Ambiental seja percebida de forma ampla, não limitando seu conceito apenas a preservação e conservação ambiental, principalmente na visão de educadores, que são responsáveis pelo processo de formação dos indivíduos no contexto educacional. A Educação Ambiental deve ser percebida também como instrumento político que pode promover mudanças na realidade socioambiental.

A Educação Ambiental deve estar presente na sensibilização da necessidade de preservação e conservação do ambiente, pois possibilita a assimilação do conhecimento e a construção de valores aos indivíduos, instigando o uso dos recursos naturais de forma sustentável (MINÉU; TEIXEIRA; MUNO, 2014).

As transformações provocadas pelo homem no ambiente estão associadas à falta de informações sobre a importância do meio ambiente para uma vida saudável, e sobre os problemas que podem surgir do desequilíbrio no ecossistema, assim, a educação representa um papel importante na construção de indivíduos conscientes para alcançar o desenvolvimento sustentável (VIDAL; MAIA, 2017).

Metade dos professores acredita que a Educação Ambiental é importante na formação dos alunos, seja para o ensino, preservação, conscientização sobre a importância do meio ambiente, ou por serem responsáveis pelas gerações futuras. Boa parte dos professores, 28,6%, não soube responder.

A Educação Ambiental é importante para a conscientização do indivíduo por que pode envolver problemas ambientais da comunidade por meio de programas direcionados para a realidade social e ambiental da população envolvida, destacando como as ações humanas refletem em problemas no meio ambiente (BAUMGARTEN et al., 2017).

Desenvolver a Educação Ambiental fornece conhecimentos importantes para a sociedade, formando cidadãos conscientes capazes de decidir e atuar nas ações socioambientais, contribuindo para a vida e o bem-estar de cada indivíduo e a coletividade (MINÉU; TEIXEIRA; MUNO, 2014).

A escola é fundamental para a formação de indivíduos responsáveis e capazes de adotar posicionamento sobre as questões ambientais, melhorando suas atitudes em relações ao meio ambiente e construindo iniciativas que minimizem à problemática ambiental atual, para isso é importante à conscientização e a preservação do meio ambiente (RIBEIRO et al., 2016).

Os professores desenvolvem, em sua maioria, a Educação Ambiental nas aulas (71,4%). Entretanto, 42,9% não se preocupa em selecionar os conteúdos para trabalhar a Educação Ambiental. Embora alguns professores envolvam as necessidades presentes na região em que moram os alunos com o ensino de Educação Ambiental (35,7%), ou de acordo com os conteúdos que se está trabalhando na disciplina (21,4%).

O processo de ensino aprendizagem na Educação Ambiental e a escola, são mais eficientes quando se tem a participação de todos os membros da comunidade escolar, assim, é possível que haja uma relação com as outras disciplinas, permitindo a interdisciplinaridade (SILVA; SOUZA, 2017).

Promover atividades extraclasse aos alunos é uma alternativa produtiva, pois fornece novos conhecimentos entre teoria e prática, desse modo à escola pode promover ações de preservação e conservação do meio ambiente fazendo com que os alunos tenham consciência de sua responsabilidade com o ambiente e abordando a interdisciplinaridade no processo de ensino aprendizagem (RIBEIRO et al., 2016).

A Educação ambiental aborda o conceito inter, multi e transdisciplinar, sendo a base no desenvolvimento e na articulação de diversos conhecimentos das disciplinas, havendo uma troca de conhecimentos e cooperação, utilizando várias estratégias para a conscientização dos indivíduos (REIS; MARTINS; ROSA, 2017).

Nesse contexto, resultando em uma prática pedagógica partindo dos problemas socioambientais propostos como temas geradores, visando a mobilização da comunidade escolar para a construção de uma visão ambiental

mais ampla minimizando impactos ambientais que estão inseridos na comunidade na qual a escola está inserida (PINTO; GUIMARÃES, 2017).

De acordo com os professores, a principal NEE que eles encontram na sala de aula são alunos surdos (50,0%), déficit de atenção (28,6%), disléxicos (7,2%) e deficientes visuais (7,2%).

Um dos maiores desafios para a Educação Inclusiva é a permanência de alunos surdos nas escolas, a falta da audição dificulta a recepção e produção da linguagem, dificultando o desenvolvimento espontâneo e a identidade desses alunos, por isso, é importante avaliar as dificuldades em sala, buscando soluções para a relação do professor com os alunos surdos (BELTRAMI; MOURA, 2015).

A inclusão de alunos com NEE na escola traz dificuldades na comunicação entre os professores e alunos por não existir formação adequada dos docentes, e mesmo com a presença de tradutores, intérpretes ou outro tipo de apoio, a função desses profissionais não substitui a do professor, sendo assim, a escolarização desses alunos exige formação completa dos profissionais envolvidos (STREIECHEN et al., 2017).

Na escola, 71,4% dos professores afirmaram que não é disponibilizado apoio ou material pedagógico para se trabalhar com a inclusão desses alunos no ensino da Educação Ambiental, embora 28,6% afirmaram que na escola tem uma tradutora e uma sala de apoio para se trabalhar com esses alunos.

Os professores afirmaram ter alguma dificuldade no ensino da Educação Ambiental para alunos com NEE (50%), por falta capacitação adequada, mais apoio e materiais, enquanto que 14,3% afirmaram não ter nenhuma dificuldade, e 35,7% não responderam à pergunta.

O projeto político pedagógico da escola é fundamental para a inclusão de alunos com NEE, tendo como foco o processo de ensino aprendizagem para atingir o objetivo da inclusão, diminuindo as dificuldades que esses professores enfrentam, como: a ajuda de materiais específicos de acordo com as necessidades dos alunos, formação específica para os professores, adaptação dos materiais escolares e da escola, apoio psicopedagógico ao aluno e sua família, reforma curricular (RODRIGUES; OLIVEIRA, 2017).

A Educação Ambiental possibilita aos professores trabalhar com alunos portadores de NEE junto com os demais alunos, utilizando metodologias voltadas para a relação do homem com a natureza, trabalhando assim a interdisciplinaridade (NECKEL et al., 2015),

Apesar da importância do professor, a família

tem um papel de co-participante no processo de inclusão, apoiando o aluno, e assim, ajudando na relação entre escola, família e profissionais (SILVA; CARVALHO, 2017).

Os professores afirmaram que a relação dos alunos entre si diante da presença de um aluno com NEE em sala de aula é boa (85,7%), alguns responderam que existe discriminação com os alunos com as NEE (7,1%) ou não responderam (7,1%).

Existem vários problemas em sala de aula, mesmo com a presença de um intérprete ou apoiador, como: apresentar informações a respeito do desenvolvimento do aluno, realizar atividade extraclasse em que todos os estudantes participem, acompanhar e disciplinar todos os alunos da mesma forma e, essas atividades práticas que podem acabar gerando a exclusão (ARAÚJO; KLEINA; ARAÚJO, 2017).

A escola tem que promover a inclusão de todos os alunos, respeitando as diferenças e atendendo as NEE de cada aluno, dos alunos ditos normais (TEIXEIRA; FERNANDES; BERNARDES, 2016).

Os entrevistados acreditam que o que tornaria as aulas que trazem abordagens sobre Educação Ambiental mais interessantes na Educação Inclusiva seria mais recursos e materiais (35,7%), embora outros pontos importantes também foram citados (Figura 2).

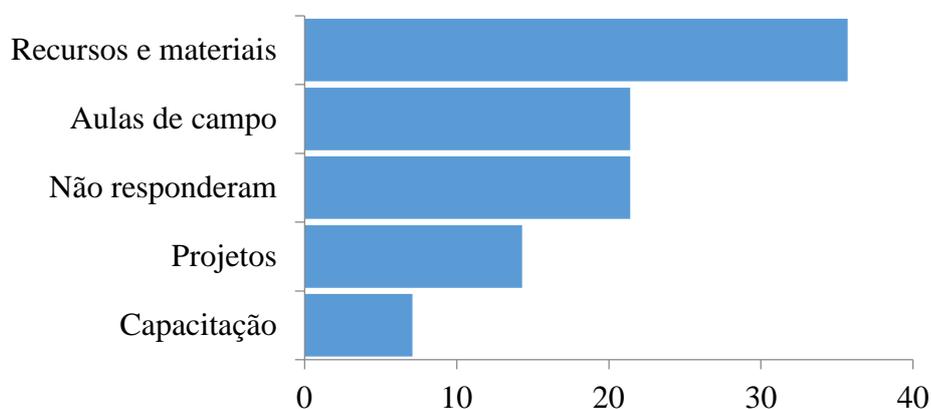


Figura 2 Frequência (%) de abordagens que poderiam tornar as aulas envolvendo Educação Ambiental e Educação Inclusiva mais interessantes na percepção de professores de uma Escola Estadual no município de Patos, Paraíba.

A maioria dos professores relatou nunca ter tido nenhuma experiências envolvendo Educação Ambiental e Educação Inclusiva (64,3%), outros tiveram experiências em sala de aula com a criação de desenho, pintura, maquetes, dentre outros (21,4%) e 14,3% participaram de campanhas de conscientização.

Segundo a pesquisa de Ramos e Lacerda

(2016) o que poderia tornar as aulas sobre Educação Ambiental mais interessante na Educação Inclusiva seria a formação e a capacitação de docentes, pois é um fator importante para uma abordagem mais efetiva com alunos com NEE em escolas regulares.

É responsabilidade do estado disponibilizar recursos, materiais pedagógicos e oferecer capacitação dos professores, além de reformar as escolas contribuindo para a inclusão de alunos com NEE, assim favorecendo o pleno desenvolvimento dos alunos, em um trabalho em conjunto com a comunidade escolar (SILVA; ARAUJO, 2017).

Conclusão

Metade dos professores entrevistados soube conceituar a Educação Ambiental, porém, alguns dos professores ainda têm dificuldades em trabalhar a Educação Ambiental com alunos com NEE, devido à falta de recursos e materiais pedagógicos, apoio e capacitação profissional e, a maioria nunca teve experiências em trabalhar a Educação Ambiental associada a Educação Inclusiva (64,3%).

Dessa forma, é importante desenvolver a Educação Ambiental de maneira interdisciplinar, assim, a relação e cooperação de todos envolvidos no processo educativo, no desenvolvimento e conscientização dos alunos torna-se possível, garantindo também uma educação de qualidade.

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento a Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa de estudo de mestrado.

Referências

ARAUJO, R. J. M.; KLEINA, C.; ARAUJO, M. V. F. (2017). O exercício da tutela na Educação Inclusiva. **Cadernos UniFOA**, v. 6, n. 16, p. 59-70, 2017.

BAUMGARTEN, M. D. G. Z.; PEREIRA, A. L.; RODRIGUES, H. R. S.; VELOSO, C. V. V.; DIAS, G.; LIMA, K. “Vamos conversar sobre a água da Ilha dos Marinheiros?”: um mini-curso de educação ambiental para estudantes do ensino fundamental de uma comunidade com problemas de água potável (Rio Grande/RS). **AMBIENTE & EDUCAÇÃO- Revista de Educação Ambiental**, v. 22, n. 2, p. 262-282, 2017.

BELTRAMI, C. M.; MOURA, M. C. A educação do surdo no processo de inclusão no Brasil nos últimos 50 anos (1961-2011). **Revista Eletrônica de Biologia**, v. 8, n. 1, p. 146-161, 2015.

BRASIL, **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>.

BRASIL, **Política Nacional da Educação Ambiental**. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>.

CAMPOS, C. J. G.; TURATO, E. R. A análise de conteúdo em pesquisas que utilizam metodologia clínicoqualitativa: aplicação e perspectivas. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 17, n. 2, p. 1-6, 2009.

HOSTSTATTER, L. J. V.; OLIVEIRA, H. T.; SOUTO, F. J. B. Uma contribuição da educação ambiental crítica para (des) construção do olhar sobre a seca no semiárido baiano. **Ciência & Educação**, v. 22, n. 3, p. 615 – 633, 2016.

JACOBI, P. R. Meio Ambiente, Riscos e Aprendizagem Social. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, v. 10, n. 26, p. 346-364, 2017.

MINETTO, M. F.; CRUZ, A. C. B.; BARIL, N.; KOBREN, R. C.; CORREA, W.; MACIEL, M. A. S.; MILANI, G. D.; CARNIEL, T. C. A. As concepções dos educadores sobre a inclusão após vinte anos da mudança da Lei de Diretrizes e Bases. **Revista PsicoFAE: Pluralidades em Saúde Mental**, v. 6, n. 2, p. 73-84, 2017.

MINÉU, H. F. S.; TEIXEIRA, R. A.; MUNO, M. C. A Educação Ambiental no currículo escolar do ensino médio da rede estadual de Minas Gerais. **AMBIENTE & EDUCAÇÃO-Revista de Educação Ambiental**, v. 19, n. 2, p. 18-32, 2014.

MONTEIRO, I. F. C.; MONTEIRO, P. D. E. B. S. C. O. A Educação Ambiental e as representações sociais dos professores da rede pública no ensino fundamental. **Revista**

Brasileira de Educação Ambiental, v. 12, n. 1, p. 165-176, 2017.

NECKEL, A.; PAULETTI, E. S. S.; JUNGES, M. N.; TONIAL, S. M.; MARCHI, L.; LABEL, L. A. C. Educação Ambiental: Uma nova perspectiva voltada para a inclusão de pessoas com deficiência visual. **Educação Ambiental em Ação**, n. 50, 2015.

OLIVA, D. V. Raízes sociais e psicodinâmicas do preconceito e suas implicações na Educação Inclusiva. **Revista Psicologia Escolar e Educacional**, v.20, n.2, p. 349-356, 2016.

PINTO, V. P. S.; GUIMARÃES, M. A Educação Ambiental no contexto escolar: Temas ambientais locais como temas geradores diante das questões socioambientais controversas. **Revista de Geografia-PPGEO-UFJF**, v. 7, n. 2, p.149-162, 2017.

RAMOS, D. M.; LAERDA, C. B. F. Análise de avaliações pedagógicas propostas para alunos surdos em contexto educacional inclusivo bilíngue. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 11, n. 2, p. 817-835, 2016.

REIS, L. N. G.; MARTINS, M. T.; ROSA, D. A. Educação Ambiental frente a reforma do Ensino Médio no Brasil. **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 13, n. 2, 2017.

RIBEIRO, G. M.; SANTOS, F. L. D.; PEREIRA, E. S. S.; LIMAS, M. V. D. S.; SOBRINHO, O. P. L. Experiência do Projeto Horta Didática nas escolas de Mossoró-RN como proposta de educação ambiental, alimentar e nutricional. **Revista Extendere**, v. 3, n. 1, p. 90-101, 2016.

RODRIGUES, J. F.; OLIVEIRA, A. M. As adequações curriculares para a Educação Inclusiva através do Projeto Político Pedagógico da Escola. **PROJEÇÃO E DOCÊNCIA**, v. 8, n. 1, p. 46-58, 2017.

SILVA, E. V.; ARAUJO, M. E. O Papel do Estado, dos Docentes e da Família na Constituição de uma Educação Inclusiva. **Revista Acadêmica Integra/Ação**, v. 1, n. 1, p. 31-39, 2017.

SILVA, M. A.; SOUZA, A. R. E. ENSINO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO COTIDIANO DO ESPAÇO ESCOLAR. **Revista de Educação do Vale do São Francisco**, v.7, n. 13, p. 112-116, 2017.

SILVA, N.C.; CARVALHO, B. G. E. Compreendendo o Processo de Inclusão Escolar no Brasil na Perspectiva dos Professores: uma Revisão Integrativa. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.23, n.2, p. 293 – 308, 2017.

SOBRINHO, R. C.; SÁ, M. G. S. C.; PANTALEÃO, E. O Jogo das Garantias dos Direitos Sociais das Pessoas com Deficiência. **Educação & Realidade**, v.42, n.4, p.1303-1317, 2017.

SOUZA, V. M. Para o mercado ou para a cidadania? A Educação Ambiental nas instituições públicas de ensino superior no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v.21, n.64, p.121-142, 2016.

STREIECHEN, E. M.; KRAUSE-LEMKE, C.; OLIVEIRA, J. P.; CRUZ, G. C. Pedagogia surda e bilinguismo: pontos e contrapontos na perspectiva de uma Educação Inclusiva. **Acta Scientiarum. Education**, v. 39, n. 1, p. 91-101, 2017.

TEIXEIRA, R.; FERNANDES, S.; BERNARDES, G. A educação especial na rede pública de educação em uma cidade do centro-oeste brasileiro. **Revista Lusófona de Educação**, v. 33, p. 179-195, 2016.

VIDAL, L. D. P.; MAIA, J. S. A importância da coleta seletiva para o meio ambiente. **HÓRUS**, v. 3, n. 1, p. 46-60, 2017.